

Ricos discursos (e miseráveis efeitos) da política neoliberal*

Célia Maria da Motta**

Resumo:

Os atuais problemas brasileiros, principais resultados da política econômica "neoliberal" adotada na década de 1990, não surpreendem. Surpreendente é a eloquência dos discursos que implementaram as "reformas" e, ainda, buscam justificar seus efeitos. A observação de alguns desses argumentos teóricos permite entender a lógica contraditória que promove a miséria neoliberal.

O avanço do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas, foi marcado pela política definida por muitos de seus ideólogos (e também seus adversários) como "neoliberal".

Quando, após o relativo restabelecimento do processo de acumulação pelo "Estado keynesiano", o capital seguiu sua tendência de concentração e centralização e o mercado exigiu políticas de "desregulamentação", os organismos financeiros internacionais articularam elementos do discurso liberal (liberdade econômica, não intervenção política) e práticas intervencionistas, produzindo novas regras "globais", com as quais buscaram "harmonizar" abertura com monopólio.

Tal política conviveu perfeitamente com regimes autoritários, como no Chile (1973) ou na Argentina (1976) e, no Brasil, entremeou-se naquela associação entre Estado, burguesia nativa e capital internacional, do chamado "tripé" econômico. No final da década de 1980, a integração de determinações internacionais com decisões nacionais, redirecionou a agenda política econômica brasileira para os programas de reformas neoliberais – desenvolvidos ao longo da década seguinte, especialmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Os instrumentos utilizados pelos governos Collor, Itamar, Cardoso, afastaram qualquer dúvida quanto à necessidade de medidas intervencionistas (confisco de poupança, alterações na legislação, pacotes econômicos) no conjunto de políticas voltadas à "abertura" econômica. Combinando "liberdades democráticas" com medidas autoritárias, que em síntese são o verdadeiro sentido do discurso neoliberal, agradáveis discursos e

* Este artigo resulta de elementos, especialmente dos capítulos 2 e 3, de minha dissertação de mestrado, Motta (2001).

** Doutoranda em Ciências Sociais (PUC-SP) e membro do Neils.

pronunciamentos revestiram, ideologicamente, sua essência repressora-recessiva de uma aparência “libertadora” e contrária ao “antigo autoritarismo”.

No final de 1993, Cardoso anunciava seu plano de estabilização da moeda e, em primeiro de julho de 1994, implantava um novo pacote econômico, denominado “Plano Real”¹. Sustentado na mudança da unidade monetária (R\$), na limitação da correção monetária e na emissão de R\$ 9,5 bilhões pelo Banco Central -cujo lastro envolvia parte das reservas internacionais (moedas estrangeiras e ouro monetário) e permitia a paridade entre o dólar e o real- o Plano esgotou-se quando as reservas atingiam US\$ 32 bilhões, esvaindo-se ao ritmo de um bilhão ao dia.

O “sucesso” do programa de abertura econômica; a exceção social

Apesar de o objetivo central do “Plano de Estabilização Econômica” ter sido a abertura econômica, Cardoso nega o caráter “neoliberal” dessas reformas e define seu governo como “social-democrático”. Para o presidente, a social-democracia é a única capaz de associar o crescimento econômico com bem-estar social mas, “certos mecanismos de intervenção podem ser necessários para criar condições internas de competitividade”, que permitiriam *ganhos de produtividade* e, conseqüentemente a realização do objetivo maior da democracia: o bem-estar da população (Cardoso, 1994).

Conjugando *reformas, intervenção, competição e bem-estar social*, FHC iniciou a implementação das medidas necessárias à maior abertura do mercado, explícitas na primeira *Mensagem ao Congresso Nacional*, em 1995:

Meu Governo nasce [portanto] firmemente comprometido com (...) o aprofundamento das reformas que darão sustentação ao crescimento econômico inaugurado nos últimos dois anos (...) e mudanças institucionais que facilitem à iniciativa privada assumir plenamente seu papel de eixo dinâmico da economia (Cardoso, 1995-a)

Como a Constituição Federal de 1988 previa que “a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral” (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias –Art. 3º)², a maioria dos membros, conservadora, pode institucionalizar seu projeto neoliberal, “facilitando” a tomada, enfim “plena”, do eixo da economia pela iniciativa privada.

¹ As medidas relacionadas ao Plano Real (o próprio uso do real como moeda) ainda estão em tramitação. A medida provisória originalmente de nº. 1.053, atualmente 2.074, foi reeditada setenta e duas vezes desde seu lançamento em 1995, segundo dados divulgados pela Casa Civil (22/02/2001).

² Isso permitia, ao Congresso Nacional, modificar integralmente a Constituição Federal (do preâmbulo às disposições gerais) não mais pelos três quintos exigidos como *quórum* para a efetivação de emendas à Constituição, mas por *maioria absoluta*.

Esse “sucesso” foi afirmado por Cardoso, meses depois, ao ministro do reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene: “Eliminamos entraves à participação do capital estrangeiro na economia, abrimos setores como petróleo, gás, energia elétrica e telecomunicações e acabamos com reservas de mercado na mineração e na navegação de cabotagem” (Cardoso, 1995-b).

Para a implementação de tais reformas, o Estado brasileiro determinou a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (ou simplesmente “Reforma do Estado”), definindo os objetivos e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira (áreas administrativa e previdenciária): 1. Estabilidade Macroeconômica; 2. Abertura da Economia; 3. Nova relação Estado-mercado; 4. Constituição da infraestrutura econômica e social (1995-c).

Mas, os argumentos discursivos que servem à execução das reformas não servem, apesar das muitas tentativas, para justificar seus efeitos. Abaixo, trechos dessa *agenda de reformas* –seguidos de algumas observações.

1. Da estabilidade macroeconômica: O primeiro ponto é a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização econômica — não como um fim em si mesmo, mas como condição para o crescimento sustentado da economia e para o resgate da dívida social. Neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento (...) a abertura da economia brasileira.

Obs: estabilidade macroeconômica atrelada a uma unidade monetária sobrevalorizada e pretensa paridade com o dólar mantida pelas reservas financeiras –exigindo a manutenção de altas taxas de juros para a captação de capital externo.

Quanto ao “resgate da dívida social”, relatório divulgado pelo Programa de Desenvolvimento da ONU (12/06/1997) mostrava que, marginalizados pela “globalização” capitalista, os países pobres apresentaram uma perda anual de US\$ 500 bilhões –volume dez vezes maior que o da ajuda externa. As razões seriam: a prática de uma política econômica sustentada por grandes déficits fiscais (financiados por empréstimos) supervaloriza o câmbio e afasta os investidores estrangeiros; a queda nos preços de *commodities* (principais produtos de exportação) não aumenta as possibilidades de competição dos países pobres, nos mercados internacionais. Em suma, a “globalização” não elimina a situação desfavorável dos países subdesenvolvidos, especialmente porque apenas um terço dos ganhos do comércio se destinam a três terços da população mundial –que se encontram nos países pobres.

Finalmente, quanto ao “novo modelo de desenvolvimento”, previsto no primeiro ponto do Plano Diretor, o relatório "Financiamento do Desenvolvimento Mundial" (Bird, 2001), afirma que os investimentos (US\$ 299,3 bilhões em empréstimos, investimentos diretos e aplicações em Bolsas) foram menores que a fuga de recursos (US\$ 306,6 bilhões) dos países “emergentes”, em 2000. Ainda segundo o relatório, a participação dos países “em desenvolvimento” nos fluxos privados de capital em todo o mundo caiu de 14,4%, em 1997, para 7,6% em 2000, e sua participação no volume global de investimentos diretos caiu de 36,5% para 16% no período³.

Dados do IBGE (2001) também mostram que, na última década, a desigualdade persistiu: 50% dos mais pobres da população brasileira permanecem, como em 1992, com 14% da renda do país, enquanto 1% dos mais ricos detém 13%. A diferença entre a renda média dos 40% mais pobres para os 10% mais ricos, que era de R\$ 1.717 em 1992, passou para R\$ 2.270. Já o índice de desemprego atingiu 7,1% da população, em 2000.

Estes, e inúmeros outros indicadores sociais recentemente divulgados, contrariam o primeiro ponto da *agenda de reformas*: a relativa estabilidade não permitiu o *crescimento sustentado da economia e, menos ainda, o resgate da dívida social*. Contrariando o discurso, tornou-se um *fim em si mesmo*.

2. Da abertura econômica: Trata-se de levar adiante a abertura da economia brasileira — incluindo, no que couber, os setores financeiro e de serviços — e sua integração ao mercado mundial (...) Os compromissos que o Brasil acaba de assumir no encontro entre governantes das Américas, em Miami, apontam para uma área hemisférica de livre comércio em 2005, daqui a dez anos. O Mercosul funcionará como união aduaneira a partir de 1º de janeiro próximo. E os acordos de cooperação entre os países da América do Sul — o ALCSA — estão sendo rapidamente definidos (...)

Através de medidas que, por um lado, permitam novos ganhos de produtividade às empresas e, por outro lado, aumentem a eficiência sistêmica da economia, reduzindo o chamado "custo Brasil". Isto abrange um amplo espectro de providências, desde a eliminação de impostos que dificultam as exportações, até a melhoria das estradas, dos transportes e dos portos cujo mau estado encarece a produção doméstica. Isto nos leva a outros dois itens fundamentais na agenda de reformas.

Obs: Mencionado como segundo ponto, mas objetivo maior de todo o conjunto das reformas, a abertura da economia não foi um mero argumento

³ Para o Bird, entretanto, esta situação de fuga de capitais dos países “em desenvolvimento apresenta aspectos “positivos”. Numa lógica singular: com menos recursos externos, terão menos dívidas e, frente à perspectiva de uma nova crise global, poderão aprofundar as reformas.

discursivo, como comprova o saldo das privatizações obtido pelo PND, entre 1991 a 2000:

Tabela 01. Privatizações – Resultados Acumulados – de 1991 a novembro/2000 (em US\$ milhões)

Programa	Receita de Venda	Dívidas Transferidas	Resultado Geral
Privatizações Federais	54.358	11.326	65.684
Telecomunicações	26.978	2.125	29.103
PND	27.380	9.201	36.581
Privatizações Estaduais	27.734	6.750	34.484
Total	82.092	18.076	100.168

Fonte: BNDES (2000)

Ainda na avaliação dos resultados positivos da privatização, o BNDES destaca a venda das empresas do setor de telecomunicações em 1998: a venda das 12 *holdings* (R\$ 22.058 bilhões) criadas a partir da “cisão do Sistema Telebrás, representou a desestatização das empresas de telefonia fixa e de longa distância, bem como das empresas de telefonia celular da Banda A” – gerando cerca de R\$ 31 bilhões.

Mas a privatização das telecomunicações apresentou outros dados, não tão “positivos”. O possível envolvimento do próprio ministro das Comunicações Mendonça de Barros, para garantir a participação do Banco de Investimento Opportunity no leilão da Tele Norte Leste (Telerj e 15 empresas de Telefonia Fixa), expunha outra importante conexão: o crescimento do patrimônio de um grupo formado pelos economistas-banqueiros, que fizeram parte da equipe do Plano Cruzado e passaram pelo governo Cardoso.

Nesse grupo⁴, Mendonça de Barros e André Lara Resende, fundadores do Banco Matrix (1993); Pérsio Arida e Daniel Dantas, do Banco Opportunity (1994); Edmar Bacha e Fernão Bracher, do BBA (1998). Antes de formularem o Real, Lara e Arida acompanharam Mendonça de Barros

⁴ A história da fundação de bancos por economistas do governo conta também com a fundação em 1988 do SRL –referência às iniciais dos sócios: João Sayad, Henri Philippe Reichstul e Francisco Vidal Luna. O SRL tornou-se Banco Inter American Express, após uma associação, em 1997, com o braço bancário da American Express (grupo de cartões de crédito americano).

(durante o governo Sarney) em diretorias do Banco Central, com Fernão Bracher na presidência. No governo Cardoso, Arida tornou-se presidente do BC e Bacha do BNDES.

Mendonça de Barros, como presidente do BNDES, geriu o processo de privatização da segunda fase do Real e, ao assumir o ministério das Comunicações após a morte de Sérgio Motta, em abril de 1998, concluiu a venda da Telebrás. Foi substituído por Lara Resende (negociador da dívida externa brasileira, entre 1993 e 94) que, como assessor especial de Cardoso, em 1997, cumpriu a missão de elaborar um projeto de reforma da Previdência. Com o vazamento de escuta telefônica no BNDES, Lara e Mendonça pedem demissão e Arida rompe a sociedade com Opportunity –cuja disputa do leilão reverteu na vitória do empresário Carlos Jereissati do grupo La Fonte.

Desse grupo também participou Francisco Lopes: assessor especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República em 1986 e teórico do choque heterodoxo que serviu de base para o Plano Cruzado; assessor especial do Ministério da Fazenda, entre junho e dezembro de 87; diretor de Política Econômica do BC, de janeiro de 1995 a março de 1996, quando passou a acumular a função de diretor da Política Monetária do banco (governo Cardoso); fundador da empresa de consultoria econômica Macrométrica (da qual o Banco Central era cliente), possivelmente beneficiada por informações privilegiadas sobre a desvalorização da moeda e a elevação do teto da cotação do dólar de R\$ 1,22 a R\$ 1,32, a partir de treze de janeiro de 1999⁵.

Essas informações teriam se estendido, dentre outros, ao FonteCindam de Eduardo Modiano (sócio de Lopes na Macrométrica), ao Banco Pactual e ao Marka, de Salvatore Cacciola. A operação tornou-se, a partir de abril de 1999, alvo de uma CPI do Senado, que constatou um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos. Inicialmente, as denúncias foram ignoradas pelo relatório da CPI dos Bancos e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, convocou e questionou a “arbitrariedade” dos procuradores. A cúpula do BC também tentou justificar venda de dólar mais barato (a R\$ 1,27 e a R\$ 1,32, respectivamente) aos bancos Marka e FonteCindam, em 14 de janeiro de 1999 (um dia após anunciar a desvalorização), alegando que a operação evitava, além da falência dos dois bancos, o perigo de risco de todo o sistema bancário -como advertia uma carta enviada pela Bolsa de Mercadorias & Futuro (BM&F)⁶.

⁵ Daí seu curto mandato de 21 dias como presidente do BC, em janeiro de 1999.

⁶ Segundo revelação do então chefe da fiscalização do BC no Rio, Abelardo Duarte de Melo, em depoimento à Política Federal, tal carta fora encomendada pelo próprio BC, que teria também orientado fiscais para informar, em seus relatórios, que o dinheiro saíra da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (Veja: 23/05/01).

Não podiam negar, entretanto, as evidências. O Pactual lucrou R\$ 98,2 milhões, atuando nos mercados que negociam dólar (futuro e à vista), no exato período em que o BC elevou a cotação de R\$ 1,21 para R\$ 1,98, no final de janeiro. O Fontecindam e o Marka, sem a mesma “destreza”, sofreram sérios prejuízos e pediram socorro ao BC.

Neste último caso, ainda investigado, sentindo-se prejudicado por não ser antecipadamente informado da mudança cambial, Cacciola teria chantageado Lopes, com fitas sobre o esquema de vazamento de informação no BC e se beneficiado com a venda do dólar abaixo da cotação pelo BC. Nesta operação, o Marka de Cacciola, levou o equivalente a 1 bilhão de reais e o Fontecindam 600 milhões (*VEJA*, 23/05/ 2001).

Os envolvidos negam a ligação entre o comando da política econômica e seus negócios particulares, mas não podem negar que a multiplicação do patrimônio de seus bancos, nesse período, derivou de negócios ligados aos juros, câmbio e privatização de estatais -pilares do plano formulado pelos economistas-banqueiros.

Durante o primeiro mandato de Cardoso, com forte atuação na área de privatizações, o BBA teve um crescimento de 180%; em razão da política de juros altos, o Opportunity também investiu em títulos públicos (estocados antes do lançamento do Real) nos negócios da privatização, comprou participações da Vale do Rio Doce e empresas do Sistema Telebrás e cresceu 144%; o crescimento do Matrix foi de apenas 124%. Além dos que receberam socorro do BC depois da desvalorização do real, outros bancos -Bank Boston, Votorantim, Citibank, BNL, Sofisa, Fininvest, Fontecindam- também triplicaram seu patrimônio, entre 1994 e 1998 (*Folha de S. Paulo*, 09/05/1999).

Nesses quatro anos (primeiro mandato de Cardoso), o setor público desembolsou quase R\$ 220 bilhões, só com o pagamento de juros, e a dívida pública saltou de R\$ 155 bilhões para R\$ 389 bi. Mas o “sucesso” do programa de privatizações, especialmente para esse setor do empresariado, é inegável.

3. Da nova relação Estado-mercado: No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado (...) isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continuará sendo fundamental. Mas mudando de natureza.

O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador (...) Em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação (...)

Obs: A nova relação Estado-mercado, fundamental para a execução da política voltada à liberação econômica, não exigia uma nova estrutura (ou natureza) de Estado. Ao contrário, dependia da manutenção da concepção teórico-ideológica de *Estado* capitalista, da qual derivam suas atribuições legais, especialmente as que asseguram a manutenção da “economia de mercado”. Frente às necessidades de reafirmação e expansão dessa economia, o que ocorreu foi uma redefinição das estratégias dos instrumentos políticos do “aparelho de Estado”.

Entretanto, como o “novo papel regulador” do Estado integra o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, às vezes simplificado como “Reforma do Estado”, Cardoso esforça-se para estabelecer uma distinção entre *Estado* e *Aparelho de Estado*, e justificar seu discurso:

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território (Cardoso, 1996).

Ao tentar distingui-los, Cardoso nega a própria “Reforma do Aparelho do Estado”, ou “Reforma do Estado”, como condição para a implementação de sua política de abertura econômica. Para tanto, basta observar que o “aparelho” (*estrutura organizacional do Estado*) e a natureza de “Estado” (*sistema constitucional-legal*) não sofreram qualquer alteração, mas que o processo de abertura econômica foi consumado.

O discurso de Cardoso é, entretanto, bastante coerente, quando define as estratégias ou “reformas” em função de uma concepção weberiana de Estado. Exposta em seus inúmeros pronunciamentos:

A noção de que ao Estado cabe o monopólio do uso legítimo da força continua a ser pedra angular da consciência civilizada e democrática (Cardoso, 1995-d).

O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território (Cardoso, 1996).

4. Da infra-estrutura econômica e social: Nesta época de competição global, os países bem sucedidos tratam de acumular dois tipos de ativos que se caracterizam pela baixa mobilidade internacional e pela alta ponderação no rateio das vantagens comparativas: a infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações, e aquilo que se denomina — impropriamente, na minha opinião — “capital humano”. Parte desses investimentos será financiada pelo Estado. Para isso a recuperação da poupança pública é fundamental.

-A parceria com a iniciativa privada na infra-estrutura econômica abre espaço para que o Estado invista mais naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança. Em suma, para que o Brasil invista mais no seu povo, que é o maior ativo estratégico de um país. Tarefa que, no nosso caso, vem junto com o imperativo ético de incorporar ao processo de desenvolvimento os milhões de excluídos pela miséria (...)

-As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neo-governamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público. Por que não aprofundar essa experiência, então, engajando amplamente as ONGs no combate à miséria?

Obs: O quarto elemento que fecha a Agenda de Reformas, *a constituição da infra-estrutura econômica e social para o novo modelo de desenvolvimento*, pressupõe as parcerias entre *Estado, empresa e comunidade*. Os “excluídos pela miséria” são chamados para justificar tanto sua *agenda de reformas* quanto a “nova” estratégia para combater a própria miséria: a solidariedade. Segundo Cardoso, em alguns trechos de *Preparando o Brasil para o século XXI* (2000), a “construção de um país mais próspero e justo” já conta com importantes iniciativas.

- 9 milhões de pessoas recebem atendimento social direto, hoje, no Brasil, sem nenhuma participação de recursos públicos;
- no total, a filantropia movimenta R\$ 12 bilhões por ano.
- 36 milhões de brasileiros participaram de alguma iniciativa social, em 1998, seja doando dinheiro, seja contribuindo com bens materiais; somente essas doações pessoais de cidadãos anônimos somaram R\$ 1,1 bilhão, mesmo não podendo ser descontadas do imposto de renda;
- um em cada seis brasileiros com mais de 18 anos de idade é voluntário de projetos sociais em todo o país;
- até os brasileiros mais pobres, que ganham entre um e dois salários mínimos, são doadores: 13% doam

dinheiro e 20% doam alimentos e bens.

No mesmo documento, um trecho igualmente tocante:

Cerca de 21 milhões de brasileiros – quase 14% da população total – vivem na condição de indigentes, sem renda suficiente para comprar uma cesta básica de alimentos. As áreas rurais são as mais pobres do país: embora abriguem apenas cerca de 20% dos brasileiros, têm 42% dos indigentes. Os enormes desequilíbrios regionais também dão sua contribuição ao mapa da exclusão social.

Com estas palavras, o presidente não procurava construir um quadro real, mas prever “a possibilidade de progredir com maior rapidez na consecução daquele que é o objetivo maior do Governo: a redução da pobreza e das desigualdades sociais”. Num malabarismo retórico, utiliza os dados sobre a miséria para justificar as reformas já empreendidas. Não pode, entretanto, anular os seus efeitos, mesmo quando julga ocultá-los. Os problemas sociais deverão seguir ao sabor da filantropia privada, doações, voluntarismo, ocupação dos espaços institucionais pelas organizações não-governamentais e programas de solidariedade em geral. A distância entre o discurso e a realidade, portanto, encurtou-se com o tempo.

O curto tempo de vida infantil também se manteve, apesar de o relatório *Situação Mundial da Infância 2001* (Unicef) comemorar a melhora de quatro pontos do Brasil no índice mortalidade infantil: em 1999, o país ocupava o 85º lugar com 42 mortes antes dos cinco anos para cada grupo de mil vivos; em 2000, passou para a 89ª posição, com 40 mortes. Quanto menos mortes, maior a classificação. Na América Latina: Cuba em 158º lugar; Chile 147º; Argentina 123º; México 97º).

O mesmo relatório considera que 49,5% dos municípios brasileiros prestam um atendimento insuficiente ao pleno desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, exemplificando que, dentre 5.507 cidades, apenas uma atingiu o índice considerado ideal pelo fundo. Estados do Norte e Nordeste do Brasil permanecem com os piores desempenhos no IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil), ocupando as catorze últimas posições.

Entretanto, para a representante da Unicef no Brasil, Reiko Niimi: "A melhora do Brasil é um reflexo das ações feitas, que estão dando resultado". A despeito da comemoração, o que se pode constatar, de acordo com tais índices, é que a miséria apenas se reproduziu.

Da comemoração ao lamento, o FMI e o Bird, em sua 55ª Assembléia (setembro de 2000- Praga) apresentam dados que colocam o país “no mais elevado grau de desigualdade”, nos itens “qualidade de crescimento” e “desigualdade social”. A necessidade de classificação do desempenho dos países, pelos organismos internacionais, motivou o vice-presidente do Instituto Banco Mundial, Vinod Thomas, a realizar a pesquisa *Qualidade do*

Crescimento. Após calcular os dados negativos apresentados pelo Brasil, sugere a necessidade de investimentos no “capital humano”, uma vez que uma “força de trabalho mais saudável e educada na produtividade” pode render “um crescimento mais rápido”, no longo prazo (*Folha de S. Paulo*, 26/09/2000).

Dos inúmeros dados que revelam a perpetuação da desigualdade econômica e social no Brasil, a questão da renda já fora apontada, em 1997, no seminário Investimentos no Brasil -Cooperação e Repercussão no Mercosul (Fórum das Américas- Mônaco), colocando o Brasil na posição de campeão de desigualdade. Nesse ano, no Orçamento da União, encaminhado ao Congresso Nacional, havia cortes programados para as áreas sociais e um aumento de 45% nas despesas com o serviço da dívida pública.

Outro dado significativo é que, no ano de 1999, o governo Fernando Henrique gastou 11 bilhões de reais no ministério da Educação; 20 bilhões no da Saúde e 1,3 bilhão no que trata da Reforma Agrária. No mesmo ano, gastou 96 bilhões de reais com os encargos financeiros da União. No orçamento de 2000, 44% dos recursos seriam destinados ao pagamento da dívida e apenas 5,99% para a saúde (Gonçalves & Pomar, 2000).

Não sem razão, em 2001, censo divulgado pelo IBGE mostra que, de 1991 a 2000, o número de favelas cresceu 22,5%. Das 3.905 do país, 1.548 encontram-se no Estado de São Paulo.

A constatação de que ao se inserir num projeto de política econômica “neoliberalizante” o Estado brasileiro não inseriu o país no universo competitivo mundial, é apresentada no *Relatório 2000 de Competitividade Global*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (ONG consultora da ONU). Seus dados, divulgados em 07/09/2000, comemoram a nova posição do Brasil no *ranking* de competitividade global: passou da 35ª, em 1999, para a 31ª, em 2000 (Chile–26ª; África do Sul–25ª posição).

Quanto às “futuras perspectivas de crescimento da economia”, dentre os 59 países avaliados, o país sai do 51º para o 46º lugar (Chile–28º; México–44º; Argentina-45º), nesse período⁷.

Em suma, a “nova” *infra-estrutura econômica e social* não forjou o “novo modelo de desenvolvimento”, previsto como último ponto da agenda. Ao contrário, o que se presenciou, em maio de 2001, foi o anúncio oficial de uma crise no setor (infra-estrutural) energético, devidamente acompanhado pela **polêmica Medida Provisória** Nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001. Nos **Art. 1º e 2º, apresenta a crise:**

Criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza

⁷ Outros itens do *ranking* apresentados pela ONU: taxa de câmbio e exportações: 6ª posição; alíquota do Imposto de Renda para contribuintes de rendimento médio: 3º lugar; déficit/superávit: 58º (penúltima colocação); tarifa média de importação: 55º.

emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Os itens IV,V,VII do Art. 2º, apresentados como “solução”, dão a exata dimensão da crise, ao designar as competências da GCE:

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

A história continua e, a cada dia, surgem novas contradições entre a “lógica” discursiva e miséria produzida pela recente política de abertura econômica. Mesmo negando, FHC “neoliberalizou” a economia brasileira e, no velho modo capitalista de produção, o “sucesso” da abertura econômica permanece inversamente proporcional aos efeitos produzidos na área social.

Contra a crise, rimas ou solução?

A conclusão de que os problemas sociais se agravaram com a implementação das políticas neoliberais no país é quase unânime. Já as propostas de reversão dos efeitos são muitas mas, na impossibilidade de seu desenvolvimento neste espaço, cabe sinalizar (excluindo as propostas mais conservadoras que ainda defendem o aprofundamento das medidas neoliberais) duas alternativas merecedoras de destaque. Ambas priorizam o combate à pobreza e à desigualdade mas são, entretanto, movidas por objetivos diferentes: uma, visa à inclusão dos “excluídos” no processo produtivo; a outra, propõe a eliminação do processo produtor da exclusão.

A primeira, atendo-se à equação custo-benefício das “fraturas” sociais, considera o “gasto social” (educação, saúde) como “investimento” no “capital humano” que, como todo investimento, pode apresentar “uma elevada taxa de retorno” (Kliksberg, 2000:10-22). A partir do pressuposto de que “a pobreza deve ser definida a partir da variabilidade interpessoal na conexão entre renda e capacidades” (Sen, apud Dupas, 2000:31), a solução seria uma avaliação das “dimensões” e da “dinâmica de funcionamento da desigualdade” para chegar às medidas necessárias ao bom e adequado *funcionamento das pessoas e das famílias*.

Tais medidas seriam: descentralização do planejamento e implementação dos programas sociais para municípios e comunidades; introdução de uma cultura gerencial ajustada ao campo social; estabelecimento

de sistemas de monitoria e avaliação dos projetos; desenvolvimento de acordos entre governo e ONGS – “setores chaves da sociedade civil e comunidades carentes para o enfrentamento da pobreza e melhoria da equidade” (Kliksberg, 2.000:97)⁸.

Com o pretexto de considerar a multidimensionalidade da miséria, tal procedimento isola seus principais elementos (fome, doenças, analfabetismo) mas não a razão estrutural geradora das desigualdades⁹ de renda. Antes, reafirma a necessidade de funcionamento do modo de produção capitalista, restabelecendo a falsa associação entre desenvolvimento econômico e bem estar social –com a qual visa à restituição da capacidade produtiva dos trabalhadores para mais um ciclo de acumulação, concentração e centralização do capital.

A segunda proposta de superação da desigualdade (econômica, social ou humana) sugere a subversão da ordem capitalista, a partir da construção de uma nova correlação de forças. No campo estrutural ou conjuntural, o movimento deve ser revolucionário, atentando para três momentos fundamentais: 1. o momento em que as relações de forças sociais são dadas pela estrutura objetiva, ou seja, pelo grau de desenvolvimento das forças materiais (econômico) de produção; 2. momento de criação de novas forças políticas; 3. construção de nova hegemonia de orientação teórica anticapitalista e antiimperialista, a partir do desenvolvimento das forças de um novo equilíbrio político-militar, em conjunto com novas formas de sociabilidade e mecanismos de lutas bem sucedidas (Gramsci, 1978).

Propostas de reversão da crise são, portanto, ideológicas. O discurso dominante apropriou-se dos argumentos críticos da crise capitalista, para converte-los em estratégias de administração da própria crise, com projetos sociais, assistencialismo, ou campanhas de fraternidade. Portanto, um projeto de superação real da hegemonia capitalista não pode se deixar ofuscar pelo brilho do “ouro de tolo” das promessas neoliberais -que ainda insistem em ocultar os efeitos de exceção social produzidos pela “moderna” política de abertura econômica.

Deve, entretanto, superar a proposta de simples “reforma social”, sob o risco de incorrer naquele processo de “revolução passiva” que, como exemplificou Gramsci, nos moldes das revoluções liberais (hoje neoliberal), reformou as regras comerciais e a orientação governamental em favor de outra fração de classe, mas não modificou a estrutura econômica ou política, nem criou uma nova sociedade humana. Esta necessidade permanece.

⁸ Estas medidas também podem ser encontradas no conhecido *Programa Comunidade Solidária* do governo Cardoso e em projetos de alguns setores sociais mais “progressistas”.

⁹ A expressão “equidade” torna-se, com Kliksberg, sinônimo de “equilíbrio entre as desigualdades”. Da mesma forma, para Giddens (1996), a possibilidade de um mundo mais “equilibrado” depende de um “desenvolvimento alternativo para os pobres”.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Fernando H. (1994) Discurso de Despedida do Senado Federal -Filosofia e Diretrizes de Governo. Brasília, Secom- 14/12/94
- _____. (1995-a) Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, Secom-15/02/95.
- _____. (1995-b) Discurso ao primeiro-ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene. Brasília, Secom-14/09/95.
- _____.(1995-c) Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Câmara da Reforma do Estado, Secom- Nov/95.
- _____. (1995-d) Pronunciamento à Nação. Brasília, Secom- 28/08/95.
- _____. (1996) Entrevista coletiva à imprensa. Brasília, Secom- 17/01/96.
- GONÇALVES, Reinaldo & POMAR, Valter (2000) O Brasil endividado. São Paulo, Perseu Abramo.
- GRAMSCI, Antonio (1978) Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KLIKSBERG, Bernardo (2000) Desigualdade na América Latina: o debate adiado. Brasília, UNESCO.
- SEN, Amartya, apud DUPAS, Gilberto (2000) Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo, Paz e Terra.

OUTRAS FONTES

- Ministério da Fazenda (Assessoria Especial), Preparando o Brasil para o século XXI (2000)
- BIRD, Relatório Financiamento do Desenvolvimento Mundial (10/04/2001)
- BNDES, Relatório Resultados gerais da privatização (20/11/2000)
- Fórum das Américas-Mônaco, Relatório Investimentos no Brasil- cooperação e repercussão no mercosul (1997)
- Fórum Econômico Mundial, Relatório 2000 de competitividade global (set./2000)
- IBGE, Indicadores conjunturais (25/01/01)
- Medida Provisória No 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001.
- UNICEF, Situação mundial da infância (Jan./2001)
- Folha de S. Paulo: 09/05/1999; 22/09/2000; 26/09/2000.
- Veja: 23/05/01.